

SOCIUS Working Papers

João Ribeiro Butiam Có

“A aquisição do capital social e a formação das estruturas
sociais na Guiné-Bissau:
uma abordagem para a percepção de conflitos sociais”

Nº 6/2006

SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
Rua Miguel Lupi, 20
1249-078 Lisboa
Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783
E-mail: socius@iseg.utl.pt
Web Page: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA
(INEP)**

**CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM SOCIOLOGIA ECONÓMICA E DAS
ORGANIZAÇÕES
(SOCIUS)**

**TÍTULO: “A aquisição do capital social e a formação das estruturas sociais na
Guiné-Bissau: uma abordagem para a percepção de conflitos sociais”**

***“CENTRO DE ESTUDOS SOCIOECONÓMICOS DO
INEP”
(CESE)***

João Ribeiro Butiam Có
Investigador Permanente do INEP – Bissau;
Membro Associado do SOCIUS – Lisboa;
Docente na Universidade Amílcar Cabral – Bissau.

Contacto: jooribeiro@yahoo.com
joaoco2@hotmail.com

Julho de 2006

Índice Geral

Resumo	2
1. Introdução	3
2. Os conceitos: capital social, posição social e cultura	5
3. Capital social e a formação das estruturas sociais	10
3.1. O capital social e o alinhamento das escolhas eleitorais na Guiné-Bissau.....	14
4. Algumas considerações finais	20
 Bibliografia	

Resumo

O capital social define-se por redes de relações, tanto a nível individual (entre indivíduos) como a nível institucional (entre grupos, instituições, comunidades, nações etc.). Permite aos indivíduos aclamarem as suas influências no seio dos seus grupos, como também contribui para a formação e organização/sustentação das estruturas sociais.

O capital social anuncia, por um lado, valores de coesão, de partilha de identidades comuns, etc., que possibilitam interações entre as fontes e os beneficiários. Por outro lado, a sua aquisição e formas de manifestação podem favorecer ambientes de exclusão, uma vez que os beneficiados tendem a distanciar-se dos demais membros (não beneficiados) na apreciação colectiva.

Assim, a preocupação central deste trabalho visa teorizar sobre o contributo do capital social para a formação de estruturas sociais e para a vida social guineense, realçando os aspectos positivos e negativos. Deste modo, conclui-se que a formação das estruturas sociais na Guiné-Bissau, as escolhas e alinhamentos sócio-partidários e eleitorais (exemplo das eleições presidenciais de 2005), têm sido o reflexo das redes/relações sociais a que as pessoas pertencem, normalmente construídas na base de sentimentos colectivos e de pertenças étnico-religiosas. Estas redes de relações são formadas a partir de valores de identidades comuns e sustentadas pela confiança exigível e confinada entre os indivíduos.

Essa forma de escolha racional, identitária e de formação das estruturas sociais é o prenúncio da divisão social entre os vários grupos sociais (étnicos, políticos, religiosos, etc.), o que auxilia a fragmentação da identidade da comunidade-nação, sustentando, conseqüentemente, focos de conflitos sociais. Desta forma, a aquisição do capital social e a formação das estruturas sociais constituem uma abordagem importante para a percepção e prevenção dos conflitos sociais na Guiné-Bissau.

Palavras-chave: capital social, indivíduo, grupo, comunidade, nação, estruturas sociais, identidade, redes sociais, coerção social, controlo social.

1. Introdução

Dar um contributo sobre o capital social (nas suas formas de aquisição) como abordagem importante na percepção e prevenção dos conflitos, é pronunciar sobre as formas e natureza das diferentes estruturas sociais e suas dimensões. O conceito tem merecido várias interpretações por parte de diferentes autores sociais. Ele é postulado como um conjunto de dispositivos (redes de relações sociais) e benefícios adquiridos nas estruturas sociais ou numa colectividade. Os indivíduos, grupos, comunidades e nações tendem a organizar-se ou a aproximar-se entre si através de redes de relações, definidas na base de identidades comuns, sustentadas pela partilha de confiança recíproca/exigível. Acontece assim na formação de estruturas sociais, na família, entre grupos de amigos, nas organizações e, neste caso concreto, também nas organizações sócio-político-partidárias.

Não obstante os contributos de vários cientistas sociais na teorização do conceito, realçamos os de Pierre Bourdieu e de Alejandro Portes como aqueles que mais proporcionaram elementos de análise para a nossa abordagem. Porém, Bourdieu insiste na dimensão do capital social a partir de diferentes recursos, enquanto que Portes defende a ideia de que o capital social (como produto de acção de rede de confiança) não só deve ser entendido nos seus aspectos positivos como também negativos, uma vez que não só permite a ligação dos indivíduos em redes de relações numa determinada colectividade, como também permite excluir (ainda que involuntariamente) todos os que não partilham dos mesmos valores dos elementos da colectividade. Portes chama a atenção do perigo de nivelação descendente, dando exemplos de encastramentos (agrupamento de indivíduos identificados por orientações sócio-culturais e étnicas) de estruturas sociais que se transformaram em resultados indesejáveis e/ou em conflitos sociais. Sendo assim, há um lado negativo do capital social.

Nesta lógica, é nossa preocupação, não só identificar e explicar as influências do capital social na formação das estruturas sociais guineenses, como sublinhar a sua contribuição na compreensão de conflitos sociais dentro da comunidade-nação guineense. A nossa preocupação é partilhada por alguns autores, por exemplo John Rex (1988), que

sublinha que as identidades raciais e étnicas são muito importantes na abordagem sociológica contemporânea para a compreensão dos conflitos políticos e sociais, por serem indispensáveis para a formação e reconhecimento das identidades comuns, dos laços de pertença. Nesta linha de pensamento Hechter e Banton defendem a ideia de que o comportamento individual não é apenas o produto da escolha racional do próprio indivíduo, mas também fruto das coações de que este é passivo. O comportamento dos indivíduos deve ser compreendido dentro de um determinado esquema de preferências ou identitária dos próprios (indivíduos)¹, ou seja, o comportamento e ação humana são orientados pelos determinismos de valores culturais inculcados pelos próprios seres humanos, dentro dos seus espaços culturais (nação, comunidade, grupo etc.). Assim, estes espaços culturais condicionam o comportamento e a ação humana.

Para a nossa abordagem, analisamos os diferentes contributos (de diferentes autores) sobre o capital social, tendo como espelho a formação das estruturas sociais no contexto guineense, partindo da pergunta: *como pode ser o capital social (sendo conjunto de redes de relações partilhadas e duráveis) um dos elementos-chave na análise de conflitos sociais?* A resposta encontra-se na própria forma de aquisição do capital social e no seu contributo para a formação das estruturas sociais. Deste modo, o ponto dois deste trabalho relata o contributo de diferentes autores sobre os conceitos (capital social, posição social e cultura), essencialmente o de capital social, com destaque para Bourdieu e Portes. O ponto três procura demonstrar como a aquisição do capital social e a formação das estruturas sociais podem contribuir para a abordagem e análise de conflitos sociais, exemplificando o alinhamento das escolhas eleitorais de 2005.

¹ Op. Cit in John Rex pp. 12:13

2. Os conceitos, capital social, posição social e cultura

O conceito capital social é em si muito recente (com algumas dificuldades de delimitação conceptual) apesar da sua teorização ser muito longínqua e estar ligada com o relacionamento dos actores sociais ou indivíduos numa determinada colectividade ou estrutura social. Contudo, o conceito tem sido uma referência nos tempos mais recentes por partes dos cientistas sociais, quando definem ou interpretam a extensão das relações sociais e as suas vantagens na organização das estruturas sociais (grupo, comunidade, nação etc.). Alguns percursores do conceito, como Putnam e Coleman², consideram que só existe capital social nas redes das relações individuais e/ou nas diferentes estruturas sociais.

Pierre Bourdieu (1985: 248)³ definiu o conceito de capital social “como o agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo”. Porém, a durabilidade das relações efectivas entre os membros de uma colectividade depende do seu grau institucional (formal/organizativo) e do seu reconhecimento mútuo (informal/identitário), ou seja, a aceitação recíproca entre os mesmos é suportada pela partilha de valores comuns. Nesta perspectiva, Bourdieu⁴ introduz o conceito de “volume” como importante não só na formação do capital social como na sua sustentação. Ele considera que a extensão de rede de ligações que um agente (indivíduo) pode efectivamente mobilizar, depende do volume de outros capitais (económico, cultural e simbólico) possuídos por cada um daqueles a que o agente se encontra ligado.

Para Bourdieu, a formação do capital social é suportada pelo seu volume e/ou por outros componentes/recursos capitais como económico, cultural, simbólico etc., ou seja, apesar de o capital social se representar nas relações sociais entre os indivíduos, na cooperação e relações de acordos entre grupos, instituições ou entre as nações, há componentes económicos (identificados com a posse), culturais (identificados com a formação, instrução), simbólicos (identificados com representações de pertença, étnico-cultural

² Sobre estes autores confira Portes (2000)

³ Op. Cit in Portes (2000:134)

⁴ Op. Cit. in Denis Clerc (2000: 214)

etc.) que sustentam essas relações e que Bourdieu considera imprescindíveis. Assim, a confiança, a interação, a cooperação entre indivíduos, grupos, comunidades, instituições, não se realiza ao acaso e a massa dessas relações depende da reciprocidade e dos outros capitais. Os homens vivem interagindo dentro de um espaço social determinado (a sociedade), a posição que cada um dos homens ocupa pode depender (apesar de não ser tão nítida) do volume do capital possuído, acompanhado de recursos culturais, sociais, simbólicos, económicos de que é portador.

Para Bourdieu, há uma interdependência entre os recursos (que se adquirem desde a socialização primária no seio familiar e na sociedade). Os conhecimentos que se adquirem a nível de instrução familiar, no meio escolar e académico, as capacidades financeiras ou recursos que se adquirem e que podem ser geradores de rendas, as representações simbólicas provindas de valores apreciáveis de referência e/ou de pertença, são extremamente importantes na avaliação do capital social e contribuem para a capacidade de instituir uma rede durável de relações sociais. O conjunto destes recursos e a sua interação permitem ao indivíduo ocupar/ascender a uma determinada posição dentro de uma sociedade.

Bourdieu privilegia o volume dos diferentes recursos, enquanto que Karl Marx privilegia os recursos económicos em relação aos outros. Para Marx⁵ as relações sociais estão intrinsecamente ligadas às capacidades de produção ou forças produtivas. São estas que, em último lugar, influenciam as relações sociais, ou seja, com as forças produtivas os homens podem modificar o seu modo de produção, aumentando os níveis de produtividade; ao aumentar a produtividade geram mais lucros, estes lucros têm influência no novo estilo de vida familiar e societário, uma vez que influencia as relações sociais entre os membros daquela sociedade.

Para Robert Putnam capital social significa “características de organizações sociais, como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a acção e a cooperação com vista a um mútuo benefício”⁶. O contributo de Putnam destaca a importância do capital social na organização social e a formação das estruturas sociais, realçando a capacidade

⁵ Karl Marx, op. Cit in A. Birou (1978)

⁶ Op. Cit in Portes (2000:151)

organizacional numa estrutura social e a cooperação entre diferentes estruturas e os benefícios mútuos. O autor sublinha a “confiança” como elemento intrínseco e indispensável para a obtenção e manutenção do capital social, sendo que as acções transaccionadas ou de cooperação são estabelecidas numa rede de confiança recíproca. Todavia, não realça a sustentação das redes de relações sociais entre os membros, ou seja, o que sustenta a relação de confiança e a partilha das acções de cooperação, uma vez que a identidade (ou num sentido mais lato a cultura) é um elemento a ter em conta, porque reflecte a pertença e partilha de valores e condiciona os indivíduos a terem a noção de laços partilhados, do grupo, do colectivo etc.

Segundo Portes (2000), estes laços podem produzir maior controlo social entre os membros, diminuindo liberdades individuais e, por outro lado, podem constituir barreiras para os terceiros (os que não fazem parte do grupo) no acesso aos recursos, uma vez que, no entender dos primeiros, estes últimos (terceiros) não possuem, nem partilham a mesma identidade. Para Portes é o efeito negativo do capital social. As manifestações ou funções do capital social desenvolvem-se e manifestam-se dentro de uma estrutura social específica e identitária, seja grupo, seja comunidade-nação. É essa estrutura, a fonte do capital social, que em qualquer momento acede as solicitações dos seus membros. Os membros pertencentes a esta estrutura são possuidores do capital, porque identificam-se com os valores inculcados da mesma. Assim, é fácil em qualquer momento, um indivíduo fazer solicitações do capital social aos membros das estruturas, grupos ou comunidades a que pertence, adquirindo os recursos derivados destas estruturas e usando-os na realização dos seus interesses como sublinha W.E. Baker (1990:619)⁷.

Outro contributo é o de M. Schiff (1992:161)⁸ que define o capital social como o “conjunto de elementos da estrutura social que afectam as relações entre pessoas e que são inputs ou argumentos da função de produção e/ou da função de utilidade”. Quanto mais as pessoas pertencerem e incrustarem nas estruturas sociais mais são beneficiadas e mais tendem a aumentar o seu capital social. Portes (2000) reforça a ideia de Schiff salientando que para possuir o capital social, é preciso fazer parte de relações, o

⁷ Op. Cit in Portes (2000)

⁸ Idem. p.: 137.

indivíduo precisa relacionar-se com os outros e são essas as fontes do capital social que o indivíduo adquire. O capital social reside nas redes das relações sociais e é adquirido a partir de estruturas destas redes, e são estas as fontes e determinantes do volume do capital social. Este contributo de Portes é significativo para uma análise do capital social no contexto socio-político guineense. As fontes são constituídas por membros que formam as estruturas das instituições, comunidades e/ou grupos com finalidades políticas e são perfilados por indivíduos da mesma identidade, seja étnico, seja religioso.

O capital social (na sua aquisição individual) equivale a capacidade de interacção do indivíduo com os seus pares, podendo o mesmo beneficiar de uma posição e aprovação privilegiadas, sustentadas pelo grau de confiança e de partilha de valores comuns. Neste contexto, o capital social pode ser comparado a priori à posição social do indivíduo no seu colectivo de pertença ou de referência. No entanto, existe uma diferença entre a posição social e o capital social de um indivíduo, uma vez que, no primeiro caso, o indivíduo pode ocupar uma posição privilegiada na hierarquia social por legitimidade e não auferir os benefícios desta posição ou reconhecimento; enquanto que, no segundo caso há acolhimento de benefícios, servindo de uma prova real da aprovação do indivíduo por parte dos seus pares, independentemente da sua posição na composição ou hierarquia legítima. O que significa que a posição social ocupada por um indivíduo não significa aquisição do capital social, mas o contrário pode ser mais previsível, ou seja a aquisição do capital social pode justificar uma posição social privilegiada na estratificação social, ou representar o prenúncio da sua reivindicação. As organizações democráticas e as formas como certos líderes chegam ao poder (ou posições mais altas na hierarquia das estruturas sociais) são exemplos demonstrativos desta teorização como veremos no ponto três (3) deste trabalho.

Na esfera colectiva ou de relações entre diferentes estruturas sociais, o capital social contribui para a formação de estruturas e sustenta as relações (de cooperação, de conflitos etc.) entre as mesmas, baseadas no grau de confiança, e na definição dos objectivos comuns que podem beneficiar as partes. O Banco Mundial na sua interpretação das políticas de desenvolvimento socio-económico, considera importante a

sustentação do capital social dentro de uma comunidade-nação, como elemento imprescindível para o desenvolvimento socio-económico. Assim, sublinha que capital social é a capacidade de organização de uma comunidade, a participação cívica dos seus membros, a mobilização dos mesmos em projectos colectivos, etc. Todavia, parece-nos que o contributo do Banco Mundial, reside no lado positivo do capital social, desvalorizando o negativo ou as consequências negativas que possam advir do próprio conceito.

Contudo as redes de relações estabelecidas entre as diferentes estruturas, apesar de serem definidas como capital social, são diferentes das estabelecidas a nível individual, uma vez que as redes de esfera colectiva apesar de considerarem laços de pertença individual, privilegiam mais os interesses e objectivos das estruturas, onde as diferentes estruturas sociais podem beneficiar-se mutuamente do capital social ou das relações estabelecidas. Enquanto que as redes de iniciativas individuais apesar de serem essenciais na formação das estruturas, privilegiam em demasia os laços de pertença e de referência, os valores de identidades comuns (raciais, étnicas, identidade organizacional etc.). Deste modo, o capital social tem uma ligação com a cultura e até se pode confundir com ela, porque a cultura representa tudo o que é adquirido, apreendido e transmitido numa determinada sociedade ou grupo e há uma continuidade e figuração activa de valores (Birou, 1978), o que é também importante na consolidação das redes sociais (por parte do capital social). A ideia de partilha que é um dos elementos de confiança na afirmação do capital social é também defendida por Ralph Linton⁹ na definição da cultura, como sendo a totalidade de comportamentos apreendidos numa comunidade e partilhados pelos seus membros. Assim, todos os artefactos (elementos culturais) da cultura em princípio são ferramentas ou instrumentos de ligação às fontes do capital social. E o bom uso destes instrumentos facilita a aquisição do mesmo.

⁹ Op. cit in Birou (1978)

3. Capital social e a formação das estruturas sociais

O contributo dos cientistas sociais da definição do capital social resume-se no estabelecimento das redes sociais, seja a nível individual, seja a nível institucional. Nesta perspectiva, o capital social tem uma grande influência nas relações humanas, nas interacções entre indivíduos nas suas comunidades, grupos e estruturas sociais. No caso concreto da Guiné-Bissau a formação das estruturas sociais ou diferentes instituições tem revelado a forma encastrada como os indivíduos se seleccionam na base de valores partilhados. Os elementos de identidade comum, de partilha de valores comuns, de confiança recíproca, de pertenças étnicas e religiosas, têm sublinhado a composição das estruturas sociais da sociedade guineense, quiçá das estruturas sócio-político-partidárias.

A identidade étnico-religiosa, a selecção de indivíduos na base de valores comuns partilhados, constituem elementos chaves e importantes na aquisição do capital social. A participação junto dos grupos ou comunidades étnico-religiosos (fonte de capital social) permitem ao indivíduo apropriar-se de benefícios materiais e simbólicos que circulam entre os membros da rede comunitária ou partidária. A retribuição destes grupos ou comunidades contribui para a manutenção e reprodução (do volume) do capital social, ajudando a reforçar a posição do indivíduo na estratificação social, e no colectivo a que pertence. A capacitação social dentro do grupo pode ser constituída, por razões familiares, de redes de amizade, etc., determinados por um sentimento de pertença e de valores partilhados, a que Portes (2000) reporta de “solidariedade confinada”. Essa solidariedade estimula a adesão dos indivíduos às causas comuns e representa uma das fontes do capital social. A sua sustentação é baseada na confiança exigível e recíproca entre os dadores e beneficiários do capital social, ou seja, quando um indivíduo ou estrutura é beneficiário do capital social terá posteriormente que recompensar (pela confiança exigível) os seus dadores ou elementos que constituem a estrutura.

A necessidade de sustentação do capital social, devido à confiança exigível pode fazer com que cada grupo ou estrutura social se confina a si próprio pelos valores e

necessidades da sua continuidade (vida), podendo assim fugir dos objectivos (originalmente) traçados, entre os quais, defender os interesses da comunidade-nação. Essa realidade não favorece a coesão nacional, mas sim reproduz (in)voluntariamente bolhas de conflitos movidas pela solidariedade confinada.

Alguns cientistas (como Marx sobre a luta de classe) definem o conflito como essencial na vida e desenvolvimento das sociedades. Neste contexto, Perroux¹⁰ considera que a luta social existe essencialmente no social, identifica-se nas relações sociais, ela é, em suma, o factor do desenvolvimento humano. Dizendo que:

“Os homens podem actuar em termos da racionalidade de meios para atingir fins, mas é dentro de uma estrutura que implica a determinação positiva tanto para os fins procurados como para os meios usados. Diria eu que este ponto de vista é útil como ideal, mas que, se a sociologia deve ser aplicável ao mundo real, então deve acrescentar às teorias normativas a teoria do conflito, a qual pressupõe que fins contraditórios são procurados por diferentes agentes, e a busca racional desses fins é feita meios apropriados.” Rex (1988:14).

O contributo de Perroux para o nosso trabalho é sustentado na luta social, nunca terminada, o que reflecte a ideia de que as instituições que compõem as sociedades vivem de conflitos entre si. O homem pode usar os meios disponíveis para atingir os fins desejados mas dentro de uma estrutura, ou seja, o homem pode usar do seu capital social, como dispositivo de reconhecimento de que é portador, sendo beneficiário deste reconhecimento para o fim próprio, por exemplo, a promoção pessoal e o reconhecimento mais generalizado dentro da sua comunidade, grupo, etc. O que é importante frisar, é que a sociedade em geral é constituída por vários grupos e/ou várias comunidades (sejam étnicas, religiosas, partidárias, etc.), os interesses identificados numa determinada estrutura social nunca podem entrar em conflito com os interesses da sociedade em geral (comunidade-nação), caso contrário, constituem fins contraditórios da nação ou sociedade.

¹⁰ Op. cit in Denis Clerc (2000: 47/48).

Mas o que acontece na sociedade como Perroux sublinha, há momentos em que os comportamentos individuais representam fins contraditórios da nação, tornando-se em benefícios ou agendas pessoais. Nestas condições, os fins não são do interesse da sociedade em geral (ou mesmo das fontes do capital social), mas os seus interlocutores aproveitam-se do seu capital social para tirar benefícios junto das fontes. Em nosso entender, esses agentes ou autores sociais lançam racionalmente em jogo aquilo que se chama de “sentimentos colectivos”, procurando mostrar as identidades partilhadas, os valores, usos e hábitos sociais, para adquirir o capital social. Os “sentimentos colectivos” muito embora possam estar distantes da verdade dos factos, desempenham um papel importante na vida social e na mobilização dos indivíduos, através da corroboração das identidades (de pertença, de referência, das emoções) e podem contribuir positivamente para as tensões sociais quando conseguem mobilizar (mesmo que de uma forma razoável) a “opinião pública”. Os grupos e opiniões criados à volta dos sentimentos colectivos podem ganhar dimensão e extensão, tal como sublinha Parsons, Shils et al., (1962)¹¹, uma vez que as reivindicações são de solidariedade confinada.

A vida social numa sociedade constituída por várias comunidades étnicas, religiosas e vários grupos de filiação sócio-política partidária, etc., onde existem interpretações sociais diferenciadas entre os mesmos, tende a deixar espaço para uma coesão social comprimida em diferentes estruturas. O indivíduo, para além de ser um ser racional é, acima de tudo, um actor social onde a sua personalidade pode ser coagida pela cultura e pelas contingências da interacção com os outros indivíduos com que se identifica, Rex (1988). A tomada de consciência colectiva dos problemas colectivos pode provocar uma cooperação voluntária, assim como pode provocar o contrário, quando um determinado grupo considera desfavorável socialmente em relação aos demais. O que pode motivar a cooperação forçada confinada (constituição de classe) de indivíduos categorizados, na base de identidades e valores semelhantes, com objectivos e disponíveis para conflitos com os demais grupos na luta do poder. É o que acontece na Guiné-Bissau com os diferentes grupos étnicos. Primeiros o grupo étnico dos Balantas que considera ter sido desfavorecido socialmente e a nível do poder administrativo; agora são os muçulmanos

¹¹ Op. Cit. John Rex (1988).

(Fulas Mandingas e Beafadas) que também se consideram discriminados e procuram formas de organização (com pequenas organizações religiosas, encontro entre os quadros superiores muçulmanos etc.) para aceder ao poder político e administrativo.

Max Weber¹² dizia que o poder e a dominação só se manifestam no interior de uma relação entre dois ou mais indivíduos. Sendo que o poder pode ser adquirido sem que houvesse legitimidade para tal. O poder sem imagens de dominação, aproxime-se do capital social, ou pode ser fruto do mesmo, e, pode ser adquirido e sustentado por aquilo que Durkheim chama de “representação colectiva” e, por outro lado, por “sentimentos colectivos”. No primeiro caso os actores tendem a formar-se colectiva e racionalmente sob um conjunto de imagens, modelos, valores de partilhas comuns veiculados nas suas estruturas sociais; no segundo caso, a formação de actores não é devidamente racional, mas sim assente nas unidades de pertença, na identidade social (seja racial, religiosa, étnica) justificadas em sentimentos, emoções, reacções de aspirações colectivas, que defendem uma identidade própria diferente das demais. Esta tendência tem sido a estratégia de vários actores sociais guineenses para chegar ao poder ou, pelo menos na primeira fase, para criar e liderar as estruturas sociais.

Segundo Birou (1978:370) “os sentimentos colectivos desempenham um papel importante na vida social; eles contribuem juntamente com os acontecimentos e as tensões sociais para criar a “opinião pública”, manifestam-se através dos comportamentos colectivos, dos símbolos emocionais, das reacções e das aspirações colectivas (directas ou indirectas).” O que pode constituir elementos de conflitos numa determinada sociedade caso haja vários “sentimentos colectivos”, sustentados pelo “contágio social”. Assim, as opiniões, reacções sustentadas por emoções paixões, tendem a expandir-se com maior facilidade, devido ao contágio social, o que desfavorece a coesão da comunidade-nação. O contágio social verifica-se e ganha mais extensão quando os elementos a atingir são da mesma cultura ou portadores de certos valores idênticos, mesmo em grupos, comunidades ou organizações diferentes e aparentemente heterogéneos, podem possuir alguns valores e objectivos em comum, o que pode motivar a relação e conseqüente desenvolvimento do capital social (mesmo

¹² Op. Cit in Raymond (1998:525).

que seja temporário) devido aos interesses subjacentes. Por conseguinte, a sociedade guineense está fragmentada em vários segmentos de sentimentos colectivos, que têm atormentado a opinião pública, beliscando sucessivamente a comunidade-nação.

A formação de estruturas sociais na base de identidade de pertenças étnicas, religiosas, etc., é evidente na sociedade guineense. Essa realidade não só se verifica no país como na diáspora. Por exemplo, das trinta e cinco (35) associações existentes em 2002, reconhecidas pela "Confederação de Associações Guineenses em Portugal", vinte e duas (22), ou seja, 63%, identificam-se como étnico-religiosas na sua forma e natureza de formação, ou seja, são estruturas compostas por indivíduos da mesma identidade cultural, local, étnica e religiosa e defendem os interesses e desenvolvimento regionais dos seus locais de origem. O que sublinha o facto de o transnacionalismo da diáspora guineense ser sobretudo manifestado num registo comunitário regional/local/étnico (Có, 2004 e 2005). Esta realidade é verificada de diferentes formas na comunidade-nação guineense, como testemunha o ponto seguinte.

3.1. O capital social e o alinhamento das escolhas eleitorais na Guiné-Bissau

Os resultados eleitorais, a par da aquisição das lideranças nas organizações sócio-políticas e das representações do parlamento guineense, são o espectro de como o capital social influencia em muito a formação das estruturas sociais guineenses. A citação (em baixo) é esclarecedora da realidade:

“Cerca de metade, ou mais dos deputados do parlamento guineense, não sabem ler e/ou escrever. Por isso, quando há um documento importante para discutir passam (deputados) mais tempo calados e/ou a dormir. Mas é o nosso contexto social, uma vez que, o povo das tabancas (aldeias) precisa de ser representado, e escolhe quem mais se identifica com ele, quem é seu parente, quem fala a sua língua nativa.”¹³

¹³ Citação extraída da intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia Nacional Popular, no encerramento da Jornada Jurídica do 15º aniversário da Faculdade de Direito de Bissau, decorrido de 20 a 23 de Março de 2006, em Bissau.

O parlamento é das instituições mais importantes do país, representa e defende os interesses do povo, legisla e fiscaliza a acção administrativa do governo, no entanto, é constituído na sua maioria por pessoas iletradas, apesar de o país possuir vários indivíduos com formação académica superior e com um capital humano apreciado. Muitos destes indivíduos letrados estão distantes dos locais de poder ou de decisão administrativa, constituindo os chamados brain-waste¹⁴ representando, desta forma, um investimento perdido por parte do Estado, que tanto contribuiu nas suas formações. Contudo, os deputados representam os beneficiados do capital social que possuem no seio das suas comunidades ou de que são originários, independentemente de terem ou não capacidade de representar e defender os interesses destas mesmas comunidades. Isso testemunha que as formas de escolha, baseadas em confiança e nos valores partilhados, têm sido o mote para a natureza e formação de várias organizações ou estruturas sociais guineenses. O que fragmenta a identidade da comunidade-nação guineense e se associa à realidade de tensões e conflitos sociais de que o país é objecto.

As candidaturas às últimas eleições presidenciais de 2005 (com 13 candidatos), representam o exemplo claro de como os que se consideram a priori beneficiários do capital social alinham as suas pretensões esperando que os seus fiéis, fontes do seu capital social, lhes confiem a vitória ou pelo menos, a confiança exigível.

É indisfarçável a associação entre a popularidade de um candidato (o seu capital social) e os grupos com que ele se identifica sócio-culturalmente (a fonte do capital social). A probabilidade de vencer as eleições na Guiné-Bissau, reside na correlação positiva (existente) entre o capital social e as suas fontes, ou seja, quanto mais um candidato se identificar com um grupo étnico-religioso maior probabilidade terá em receber os benefícios deste grupo. Assim, quem possuir maior extensão das fontes, possui a maior dimensão da rede, maior capital social e conseqüente maior número de votos. Se não vejamos:

¹⁴ Este conceito tem sido usado por vários cientistas e especialistas das migrações, para designar indivíduos que se investiram na sua formação académica superior, mas que não encontram enquadramento adequado à sua formação.

O candidato Koumba Yala, o terceiro mais votado a nível nacional com 25% dos votos, é o candidato que muitos analistas consideram ter uma base de eleitorado fixo, essencialmente de etnia Balanta, a qual pertence e partilha valores tradicionais. Esta é uma das mais importantes etnias no país (em volume de voto), por representar quase 25%¹⁵ do total da população. Por outro lado, os membros desta comunidade étnica são muito homogéneos, solicitam a confiança e são fiéis àqueles com que partilham os mesmos valores. Segundo os resultados eleitorais, dos 111606 votos conseguidos (por este candidato), 59868 provieram das três regiões¹⁶, onde os Balantas (a etnia que lhe confere todos os benefícios) são mais representados, ou seja 54% dos votos. Só a região Oio¹⁷, identificada na sua maioria por Balantas, representou 28% dos votos totalizados pelo candidato. Porém, mais de 13% dos votos foram conquistados nas regiões de Gabú e Bafatá, onde muitos analistas dizem ter sido uma recompensa ao candidato por este ter sido decisivo na promoção dos Fulas e Mandingas (principais grupos étnicos desta região) a ida para Meca (Arrábida Saudita).

A interpretação destas regiões como fontes do capital social do candidato, constituindo seu eleitorado fixo, é extensiva ao seu partido (PRS – Partido da Renovação Social), onde é líder incontestável. O partido vive à luz dos benefícios do seu líder. E, este vai recompensando, avivando as suas fontes de capital social com cargos políticos importantes, independentemente destas fontes possuírem ou não o capital humano apreciado, capaz de administrar o país. Realidade testemunhada durante o seu mandato até 2003, permitindo-lhe ser sempre um candidato a vencer quaisquer eleições onde é candidato.

Na mesma linha (de escolha de identidade comum) os Pepeis, etnia que representa 9,01 % do total da população nacional e residente (essencialmente) na região de Biombo, viram no candidato João Bernardo Vieira a confiança esperada/partilhada, por este se identificar com o grupo por razões étnicas. O candidato (com que os papéis se

¹⁵ Ver recenseamento de 1991.

¹⁶ (Oio são os mais representados, Tombali, Cacheu segunda maior comunidade étnica com 26,7%), dados recenseamento de 1991.

¹⁷ A região é habitada na sua maioria pelos animistas Balantas (residindo predominantemente na parte Sul e Oeste da região – Nhacra, Mânsoa e Bissorã) que representam 48% do total da população, seguidos dos Mandingas, com 32% (habitando o Centro e Norte da região, constituindo a principal etnia nos Sectores de Farim, Mansaba). Na terceira posição aparecem os Fulas com apenas 9,5 encontram-se no norte do sector de Farim e no sector de Mansoa.

identificam) conseguiu 19157 dos 28106 dos votos disponíveis na região na primeira volta das eleições, o que representa mais de 68 % dos votos, deixando o segundo lugar para Koumba Yala com 19% devido a disseminação da etnia Balanta na região. Já na segunda volta o candidato Nino sendo apoiado por Koumba Yala conseguiu 24034 dos 27048 possíveis, o que representa 88,86% contra apenas 11,14% do seu opositor Malam Bacai Sanha. Sendo a região desequilibradora para a vitória nas eleições presidenciais de 2005.

Assim o grupo étnico dos Beafadas que representa apenas 3,21% da população nacional, e residentes (essencialmente) na região de Quínara, constituíram fontes do capital do candidato Malam Bacai Sanha (que também pertence este grupo étnico) com 9402 dos 19058 possíveis, o que representa mais de 49% dos votos, sendo um bom resultado se levarmos em conta os 13 candidatos. Esta tendência manteve-se na segunda volta tendo derrotado o seu rival nesta região com 61,23% contra 38,77% dos votos válidos. Apesar de ser o candidato do partido no poder e aparentemente ser o candidato com maior probabilidade de vencer as eleições não se deixou surpreender de certas derrotas em certos círculos eleitorais onde as questões de identidade sócio-culturais foram determinantes na atribuição dos benefícios.

Também os Manjacos, que representam 9,24% da população nacional e residem (essencialmente) na região de Cacheu, escolheram o seu candidato por identidade étnica. O Aregado Mantenque (de etnia Manjaca) foi o quinto candidato mais votado, com pouco mais de 2% dos votos conseguidos. É o candidato que mais surpreendeu em termos de resultados eleitorais, devido ao seu anonimato, por ter sido até a data um desconhecido na esfera na política nacional. Todavia, 54,12 %, (mais que metade do seu eleitorado) foi conseguido na sua própria região (Natal); ou seja, dos 9000 votos conseguidos 4871, o que representa um resultado fabuloso se levarmos em conta que os Manjacos representam 41,5% do total da população dessa região.

Uma outra análise a considerar neste alinhamento eleitoral, foram os empates técnicos conseguidos nas regiões de Gabú e Bafatá entre os candidatos finalistas das eleições 2005. Apesar de o candidato Malam Bacai Sanha se identificar como muçulmano, religião que representa as duas regiões, este peso religioso não se verificou.

Na região de Bafatá, a composição étnica é constituída na sua maioria por Fulas, que representam cerca de 58,5%, seguidos de Mandingas com 23%, (o que perfaz 81.5% do total só destas duas etnias muçulmanas). Na região de Gabú, os Fulas representam o maior grupo étnico com cerca de 77,1% do total da população, seguidos dos Mandingas 17%. Estas duas etnias islamizadas representam em simultâneo mais de 94% da população desta região. Com estes dados e por questões de identidade da cultura islâmica onde os Fulas e a maior parte dos Mandingas e alguns Beafadas compartilham, seria a priori considerar que o candidato Malam Bacai Sanhá teria mais votos, o que não aconteceu na realidade. Sendo que, na região de Bafatá dos 56790 votos considerados válidos, 49,64% foram para Nino Vieira, contra 50,36% para Malam; enquanto que na região de Gabú dos 58086 votos considerados 51,51% foram para Nino e 48,49% para Malam, o que demonstra empate técnico entre os dois candidatos nas suas regiões de cultura muçulmana.

Estes resultados parecem ter interpretações contraditórias na escolha do alinhamento político através de identidade comuns e valores partilhados. A identidade muçulmana (representada por Fulas e Mandingas) baseada nas normas do Islão, parece ser afectada por questões e/ou problemas de fricções entre as duas etnias na luta pela ascensão ao poder, desde a invasão dos Fulas (no século XIX) ao então império de Kaabu ocupado pelos Mandingas desde o século XIII. O que obrigou os Mandingas a deslocarem-se para a região de Oio¹⁸. Por outro lado, as estratégias eleitorais podem contribuir em demasia para esse empate técnico, uma vez, que o terceiro candidato mais votado (Koumba Yala) que tanto tirou proveito deste eleitorado na primeira volta por razões compensatórias se aliou a Nino Vieira, apesar de o quarto (Mamadú Yaia Djaló) mais votado nestas regiões se associar à Malam Bacai Sanha. O que sustenta a tese de que as escolhas feitas de identidade de valores sociais (sejam étnicos ou religiosos) obedecem a certos critérios de aceitação interna e de hierarquia, e dependem do volume do capital que cada actor social possui na sua colectividade. Não basta ter a mesma identidade com as fontes do capital social para de imediato receber benefícios, é preciso algum reconhecimento (confiança confinada) por partes das fontes. Esta realidade foi

¹⁸ Sobre este assunto ver Jao (2001).

evidenciada nas eleições presidenciais de 2005, onde vários candidatos que se identificavam com certos grupos étnicos e religiosos mas, não receberam benefícios por parte dos mesmos por não representar a confiança confinada.

4. Algumas considerações finais

O capital social é importante não só a nível individual (quando um actor social desfruta dos benefícios da sua capacidade de interacção) como a nível da formação e cooperação entre várias estruturas sociais, comunidades, nações etc. As fontes e redes de sustentação do capital social encontram-se na identidade, na partilha de valores comuns, nas redes de relações duráveis e reconhecidas, na troca de benefícios mútuos. As suas vantagens e cooperação facilitam a ascensão ao estatuto de liderança, ao carisma, assim como a formação de estruturas sociais numa comunidade-nação. Ao contrário das suas vantagens, o capital social, nas suas formas de aquisição e manifestação, constitui um elemento de segregação social e divisão social, uma vez que, à medida que se vai formando, vai (involuntariamente) vedando acesso aos outros elementos e estruturas que não se identificam com os valores partilhados.

Neste contexto, o capital social nas suas formas e natureza pode contribuir para a coesão nacional, quando as formas e natureza de formação das estruturas sociais se perfilam numa identidade da comunidade-nação. Caso contrário, pode constituir uma ameaça à mesma, ou seja, quando a formação das estruturas sociais tende a distanciar-se da identidade e dos valores que sustentam a coesão desta comunidade-nação.

Assim, é de sublinhar que o capital social é importante na ascensão individual, na aquisição do poder e na formação de qualquer estrutura social. Todavia, é preciso que as identidades partilhadas pelos indivíduos, os benefícios recíprocos, assim como os interesses da formação das estruturas sociais se identifiquem com a identidade e interesse da comunidade-nação. Caso contrário, a aquisição do capital social, seja a nível individual seja a nível institucional, pode representar bolhas/vagas de conflitos sociais, sobretudo quando representa interesses particulares e, por consequência, quando estes interesses provocam desequilíbrios na aquisição do poder e instigam desigualdades sociais (sejam horizontais, sejam verticais).

Segundo o relatório das Nações Unidas de 2005 sobre o Desenvolvimento Humano, as desigualdades horizontais (benefícios de certas zonas em detrimento de outras) e verticais (quando as desigualdades ocorrem entre as pessoas) muitas das vezes

interagem entre si, e provocam tensões e conflitos sociais, políticos e económicos. Exemplo disso é o que acontece na Costa de Marfim, hoje assolada por um conflito armado, onde a resolução do mesmo deve levar em conta as desigualdades crescentes entre os diferentes grupos sócio-linguísticos e desequilíbrios entre diferentes zonas do país.

A dinâmica de aquisição do capital social e a formação das estruturas sociais no contexto guineense têm-se perfilado por critérios que podem beneficiar várias cisões e a auto-consciencialização de identidades confinadas na base étnico-religiosa, sócio-linguística etc., distanciando-se da ideia da unidade nacional ou da comunidade-nação guineense, composta por diferentes grupos étnicos e religiosos. O que é o mote para os conflitos sociais na Guiné-Bissau.

Bibliografia

- ADEDEJI**, Adebayo (1999) *Comprehending and Mastering African Conflicts: the search for sustainable peace & good governance*. By, Zed Books, London & New York.
- ARON**, Raymond (1998) – *As Etapas do Pensamento Sociológico* – Publicações Dom Quixote, Lda. Lisboa.
- BARBALET**, J. M. (1989) – *A Cidadania* – *Temas Ciências Sociais*, n.º 11, Editorial Estampa, Lda., Lisboa.
- BIROU**, A. (1978), *Dicionário das Ciências Sociais*, Publicações Dom Quixote, 4ª Edição - Lisboa
- CLERC**, Denis (2000) *Decifrar os Grandes Autores da Economia e da Sociologia* – Tomo I, os Fundadores; Tomo II, os Herdeiros – Editora Pergaminho, Lisboa.
- CÓ**, João Ribeiro Butiam (2004), “As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense”, *SOCIUS Working Papers*, N°12/04.
- CÓ**, João Ribeiro Butiam (2005) “As Associações das Comunidades Imigrantes em Portugal e a sua Participação no Desenvolvimento do País de Origem: o caso guineense”. – Publicado no Livro “Europe des Migrations, Europe de Devellopment” – Edições Karthala – Instituto Panos Paris – Paris, França.
- CRUZ**, M. Braga da (2004) *Teorias Sociológicas* – Fundação Calouste Gulbenkian – 4ª Edição Lisboa.
- GIDDENS**, Anthony (2004) *Sociologia* – Fundação Calouste Gulbenkian – 4ª Edição Lisboa
- JAO**, Mamadú et al. (2001) *Estudo qualitativo sobre o perfil da pobreza na Guiné-Bissau: percepções e soluções locais – versão preliminar* – Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento – INEP.
- LIPSET**, Seymour Martin (1992) *Consenso e Conflito* – Edições Gradiva – Lisboa.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS** (1996), *Monografia Regional: Oio, SAB, Cacheu, Bafatá, Gabú* – Direcção Geral do Plano – Bissau – Republica da Guiné-Bissau.
- MCLELLAN**, David (1987) – *A Ideologia* – *Temas Ciências Sociais*, n.º 2, Editorial Estampa. Lda., Lisboa.

PORTES, Alejandro (2000) “Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea”, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 33, 2000, pp. 133 – 158, Lisboa.

RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO (1991) Resultados Definitivos Volume I Nível Nacional; Volume I Nível Bissau.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2005) Capítulo 5 – Conflito violento – pôr em evidência a verdadeira ameaça, pp. 250/182, – Nações Unidas.

REX, John (1988) – Raça e Etnia – Temas Ciências Sociais, n.º 3, Editorial Estampa. Lda., Lisboa.

Searching for Peace in Africa: an overview of conflict prevention and management activities (1999), By European Platform for Conflict Prevention and Transformation – Utrecht, Netherlands.

TURNER, Bryan S. (1989) – Status – Temas Ciências Sociais, n.º 10, Editorial Estampa. Lda., Lisboa.

Site:

[Www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)

[Http://www.worldbank.org/poverty/scapital/index.htm](http://www.worldbank.org/poverty/scapital/index.htm)